

COMISSÃO DA VERDADE

PRESIDENTE

DEPUTADO ADRIANO DIOGO - PT

10/04/2013

COMISSÃO DA VERDADE**BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.****10/04/2013**

O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT - Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva, 10 de abril de 2013, auditório Teotônio Vilela. Está instalada a trigésima audiência pública da Comissão da Verdade, do Estado de São Paulo, Rubens Paiva, no dia 10 de abril de 2013, na Assembleia Legislativa, no auditório Teotônio Vilela, para oitiva de depoimentos sobre a Aurora Maria Nascimento Furtado e Issami Nakamura Okano. Esclarecemos que a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo pretende realizar todas as audiências abertas ao público. Formação da mesa: primeiro teremos a leitura do memorial do Issami e da Lola, da Aurora Maria Nascimento Furtado, a Lola. Então, Kobayaski lerá o memorial...

KOBAYASKI – Issami Nakamura Okano desaparecido em 14 de maio de 1974. Dados pessoais: Issami Nakamura Okano, nascido em 23 de novembro de 1945, em Cravinhos, São Paulo, Brasil. Organização pública: ação libertadora nacional, ALN. Dados biográficos: estudava química na USP, onde se tornou assistente de laboratório, do departamento de engenharia química e no instituto de física da mesma universidade. Foi no movimento estudantil que Issami começou sua atividade política e acabou tornando-se militante da ALN. Por essa razão e também por manter contato com pessoas ligadas à Avar Palmares, acabou preso em setembro ou outubro de 1969 e foi condenado a dois anos de reclusão pela auditoria da Guerra da 2ª CJM, de São Paulo, no dia 24 de março de 1971. Cumpriu pena no presídio Tiradentes e foi libertado em outubro de 1972. Dado sobre sua prisão e desaparecimento: a segunda e última prisão de Issami Nakamura foi consequência do trabalho de infiltração do médico João Henrique Ferreira de Carvalho, apelidado pelo DOI-CODI de São Paulo, de “J”, citado como modelo de infiltração nas organizações clandestinas. No dia 14 de maio de 1974, Issami foi preso por agentes do DOI-CODI de São Paulo em sua casa, no bairro de Pinheiros, e está desaparecido até hoje. No dia 7 de fevereiro de 1975, o então Ministro da Justiça, Armando Falcão informou a imprensa que Issami havia sido preso e que estava foragido. Na época, o advogado Idibal Piveta

contestou essa versão já que Issami havia cumprido pena e voltado a trabalhar, o que não justificou o seu sequestro. Issami chegou a ser julgado em outro processo, sendo absolvido em 11 de fevereiro de 1974. No relatório da Marinha, de 1993, que foi encaminhado ao então Ministro da Justiça, Maurício Correia, consta que Issami desapareceu quando se dirigia de casa para o trabalho. Testemunhas e agentes policiais envolvidos: Marival Dias Chaves do Canto, ex-agente do DOI-CODI de São Paulo disse ao jornalista da Veja, Expedito Filho, em entrevista publicada no dia 18 de novembro de 1992, que a atuação do infiltrado “J” permitiu a eliminação de pelo menos vinte pessoas, os nomes foram citados na revista e inclui o de Issami. Providências posteriores: seu nome consta do anexo da Lei 9140/95, a qual reconhece a responsabilidade da morte de militantes políticos desaparecidos e indeniza os seus familiares. O caso foi protocolado sob o número 155/96, na Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos políticos, em sua homenagem, São Paulo deu o nome a rua situada no Jardim Nova América, as informações desse documento foram retirados do Dossiê Ditadura – Mortes e Desaparecidos políticos no Brasil, 1974 e 1985.

Agora para a leitura do memorial de Aurora Maria Nascimento Furtado, conhecida como Lola. Morta em 10 de novembro de 1972. Dados pessoais: Aurora Maria Nascimento Furtado, nascida em 17 de junho de 1946, local de nascimento, São Paulo, Brasil. Organização política: Ação Libertadora Nacional. Dados biográficos: era filha de Mauro Albuquerque Furtado e Maria Leide Nascimento Furtado, estudante de psicologia na Universidade de São Paulo, era responsável pela imprensa da UEE de São Paulo. Manteve ativa presença no movimento estudantil nos anos de 1967 e 1968. Conhecida como Lola foi namorada de José Roberto Arantes de Almeida, assassinado em 1971. Trabalhou no Banco do Brasil, na agência do Brás, em São Paulo. Foi militante do PCB. Pertenceu a DISP e, após o AI5, passou a atuar politicamente na clandestinidade. Integrou-se a ALN, atuando no Rio de Janeiro, onde foi responsável pela imprensa, publicando o jornal da organização chamado Ação. Dados sobre sua prisão e morte: foi presa em 9 de novembro de 1972, no bairro de Parada de Lucas, Rio de Janeiro, durante uma batida policial, realizada por uma patrulha do 2º Setor de Vigilância Norte, após rápido tiroteio em que matou um policial. Depois de correr alguns metros e esconder-se em vários lugares, Aurora foi aprisionada viva dentro de um ônibus, onde havia se refugiado, foi torturada desde o momento de sua prisão, na presença de vários populares que se aglomeravam ao redor da cena. Aurora foi

conduzida para internada de olaria onde continua sendo torturada por policiais do DOI-CODI do Rio de Janeiro e integrantes do Esquadrão da Morte. Aurora viveu os mais terríveis tormentos nas mãos dos torturadores que, além de utilizarem os tradicionais paus de araras, sessões de choques elétricos, espancamentos, afogamentos e queimaduras, aplicaram-lhe a coroa de cristo, o torniquete, uma fita de aço que vai sendo gradativamente apertada esmagando aos poucos o crânio da vítima. Em 10 de novembro, morreu em consequência das torturas quando jogaram seu corpo crivado de balas na esquina das ruas, Adriano com Magalhães Couto, no bairro do Meier, no Rio de Janeiro. Seu corpo chegou ao IML do Rio de Janeiro, classificado como de desconhecida, pela guia 43 da 26ª Distrito de Polícia. A versão oficial divulgada pelos órgãos de segurança, publicado no Jornal O Estado de São Paulo, de 11 de novembro de 1972, afirmava “na madrugada de ontem, Aurora Maria Nascimento Furtado, que fora presa às 9h40min, de 9 de novembro, conduzia agentes da polícia carioca, um local do Meier, na Guanabara, onde estaria localizado um aparelho, local de encontro da organização terrorista Aliança Libertadora Nacional. Informa o documento distribuído ontem pelas autoridades de segurança da Guanabara, chegando à esquina da rua Magalhães Couto e Adriano, Aurora pediu para descer, disse que preferia por motivos de segurança dirigir-se sozinha a pé até o aparelho, próximo dali, ao descer, Aurora saiu correndo e gritando em direção ao Volkswagen, que estava nas proximidades, nesse momento começou um intenso tiroteio entre os agentes polícia e os ocupantes do carro. Ao terminar o tiroteio, Aurora baleada estava morrendo, caída na rua, preocupados em socorrer Aurora Maria, os agentes procuram atendê-la, com isso não alcançaram o grupo do Volkswagen que arrancou em alta velocidade”. A necropsia feita no IML, em 10 de novembro, firmada pelos legistas, Elias Freitas e Salim Rafael Balaciano, confirma a falsa versão policial de morte em tiroteio e assinala como a “causa mortis”: “ferimentos penetrantes na cabeça, com dilaceração cerebral”, descreve ainda vinte e nove perfurações por projétil de arma de fogo, na especificando, entretanto as entradas e saídas dos tiros, não permitindo a reconstrução das trajetórias. Foram encontrados oito projeteis em seu corpo, os projeteis usados eram de vários calibres, pois as perfurações variaram de cinco a dezenove milímetros, com pontas de metal amarelo ou chumbo nu. O laudo afirma que o tórax e o abdômen foram transfixados por projeteis, mas “as cavidades pleurais não contêm sangue, a cavidade abdominal não contém sangue, na região glútea

direita há três orifícios sem reação vital”, ou seja, os tiros, pelo menos parte deles, foram dados quando Aurora já estava morta, apenas para confirmar o tiroteio que não ocorreu e que é assumido como verdadeiro pelos legistas. As lesões do crânio são descritas como feridas irregulares de sessenta e vinte e cinco milímetros, localizadas nos parietais esquerdo e direito, essas medidas não são de projéteis, o que confirma a denúncia de que Aurora foi morta sob tortura com a coroa de cristo. O ex-comandante do DOI-CODI, do 1º Exército, Adir Fiuza de Castro, em depoimento publicado no livro “Os anos de chumbo”, confirmou que sabia das torturas praticadas no quartel, conforme trecho abaixo: “do ponto de vista da valentia, algumas pessoas que eu poderia ressaltar, certa vez, uma moça, o nome dela é Aurora Maria Nascimento Furtado, estava cobrindo um ponto com o chefe da sua organização debaixo da ponte Benfica ou de Olaria, não sei bem, quando passou uma viatura do pessoal que, naquela época era encarregado da luta contra o tráfico de entorpecentes e que achou que aquele caszinho era traficante, então deixaram a viatura em cima do viaduto e um agente desceu para interpelá-los, agente da Invernada de Olaria, pessoal meio bruto, acostumado a lidar com traficante. Então, chegou para perto deles, sorratamente, e disse: seus documentos. Ele ficou meio aparvalhado, mas ela abriu a bolsa, tirou uma pistola e deu um tiro na cara do agente e ficou ali com o revólver, enquanto o camarada fugia. Ela combateu todos os outros agentes que assistiram ao lance, lá de cima do viaduto, crentes que estavam lutando contra uma traficante. Então, fizeram um cerco e ela saiu correndo para avenida Brasil, um consegui segurá-la pelas pernas e debaixo de muito pau, pegaram-na e meteram na viatura, ela cobriu com a própria vida a fuga do chefe, foi levada para Invernada de Olaria, calculo o que fizeram com ela. Não era das delegacias de polícias mais comuns, era Invernada de Olaria, célebre por sua violência, era o pessoal mais duro que existia na polícia civil, eu estava no CODI, no 1º Exército, quando o comandante do DOI me telefonou: “chefe, recebi informação que capturaram uma moça e agora chegaram a conclusão de que deve ser gente nossa”. Eu mandei um oficial meu para identificá-la, “ela estava em péssimo estado, não resistirá nem uma ou duas horas mais, o Sr. quer que a traga?”, Não traga coisa nenhuma, quem é ela?, “ele disse o nome”, um livro que um desses camaradas escreveu disse que na Invernada, ela foi submetida a coroa de cristo, um negócio que aperta a cabeça, isso não me foi dito nem pelo comandante do DOI, nem pelo oficial que foi a Invernada de Olaria, mas se eles fizeram

isso, fizeram crentes de que estavam lidando com uma traficante fria, que matou um dos seus friamente. Acho que essa moça era muito valente, mas não deu entrada em DOI, não abriu coisa alguma.

A declaração do general, feita nos anos de 1990, permitiu desmentir a versão oficial dos órgãos de segurança sobre sua morte, isto é, que teria ocorrida durante o tiroteio no Meier. As fotos de perícia de local, 6507/72, encontrada nos arquivos ICE, do Rio de Janeiro, mostram profundas marcas de torturas no corpo de Aurora, percebe-se o afundamento do crânio e escoriações dos braços e pernas, nos olhos, nariz e boca, que não foram relatados na necropsia, além do Volkswagen DH 4734, atingindo por tiros, completando a encenação montada para simular o tiroteio. A nota oficial divulgou uma pequena biografia de Aurora, não deixando dúvidas de que os órgãos de segurança sabiam quem era ela, não obstante a primeira certidão de óbito emitida registra morte de uma mulher branca de identidade ignorada. Somente mais tarde os familiares conseguiram um atestado de óbito com a identificação correta. Em 11 de novembro de 1972, Aurora foi reconhecida no IML do Rio de Janeiro por seus pais e irmã, que constataram além de hematomas e cortes profundos, o afundamento do crânio. Seu corpo foi trasladado para São Paulo, em caixão lacrado, com ordens expressas para que não fosse aberto. Providências posteriores: sua morte foi denunciada pelo Comitê de Solidariedade aos presos políticos brasileiros, em documento intitulado aos Bispos do Brasil, divulgado em fevereiro de 1973 e encontrado nos arquivos do antigo DOPS de São Paulo. Não há nenhuma referência a sua morte nos relatórios dos três Ministérios Militares, encaminhados ao Ministro da Justiça, Maurício Correa, em 1993. O requerimento de número 194/1996, dos familiares de Aurora, apresentado a CPMDP, foi relatado pelo General Osvaldo Pereira Gomes e aprovado por unanimidade em 2 de abril de 1996. A trajetória de Aurora e seu sofrimento na tortura foram narrados no romance “Em câmera lenta”, de 1967, escrito pelo ex-presos político e cineasta, Renato Tapajós. Em sua homenagem, a cidade de São Paulo deu seu nome a uma rua situada no conjunto habitacional Jova Rural e a cidade do Rio de Janeiro a uma rua no bairro de Bangu. As informações deste documento foram extraídas do Dossiê Ditadura, Morte e Desaparecidos políticos no Brasil, 1964-1985. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT - Vamos constituir a mesa. Queria convidar para constituir a mesa, Idibal Piveta, Renato Tapajós, Alípio está convidado, mas não chegou. Tapajós foi bom ontem a sessão de cinema? Ótimo. Não pude ir. O Alípio está para chegar.

Renato e o filme? Hoje tem no reserva, Rio de Janeiro? Fala um pouco antes de a gente entrar no depoimento.

O SR. RENATO TAPAJÓS – Bom, o filme “O fim do esquecimento” é um filme que eu realizei no ano passado, por meio do projeto marcas da memória, da Comissão da Anistia. O instituto Macuco, que é uma Ong de São Paulo, nos apoiou para conseguir o projeto junto a Comissão de Anistia e nós fizemos dois trabalhos a partir desse projeto. O primeiro foi a recuperação e remasterização de um filme que eu havia realizado em 1983 e 1984, ou seja, um filme que praticamente tem trinta anos, chamado “Em nome da segurança nacional”, filme este que tinha como eixo central o Tribunal Tiradentes que foi organizado naquela época pela Comissão Justiça e Paz para fazer o julgamento da lei de segurança nacional e que foi presidido pelo Teotônio Vilela, e a partir desse eixo central do julgamento o que eu tentei fazer no filme foi a discussão da doutrina de segurança nacional que era o eixo ideológico da ditadura. Agora, trinta anos depois eu fiz o fim do esquecimento que é um filme que retoma a discussão da doutrina de segurança nacional, lembrando o que ela significou no período da ditadura e questionando se ela efetivamente desapareceu do nosso país nesses últimos trinta anos e, infelizmente, chegando à conclusão de que ainda há resquícios muito fortes da doutrina de segurança nacional na vida cotidiana do Brasil. E paralelamente a isso o filme trabalha com o processo de esquecimento que as classes dominantes, depois da saída dos militares do poder, a partir de 1985, tentaram desencadear neste país, tentaram é fraco, realmente desencadearam neste país, no sentido de levar, sobretudo, as novas gerações, à não conhecer ou esquecer o que havia acontecido durante a ditadura e foram razoavelmente bem sucedidos, porque durante muito tempo só as Comissão de Direitos Humanos, as Comissões de Familiares de mortos e desaparecidos, as Comissões contra a tortura é que preservavam essa memória com muitas limitações de divulgação. No entanto, de alguns anos para cá, nos últimos anos, essa situação vem se modificando e a gente tem seja por meio das caravanas da anistia, seja por meio das

Comissão da Verdade, seja por meio da atuação de procuradores federais que têm combatido a impunidade dos criminosos da ditadura, seja por meio da mobilização dos jovens, que frequentemente tem ido para as ruas, para fazer os escrachos dos antigos torturadores, parece que nós encaminhamos para o fim do esquecimento. Então, esse filme foi selecionado pelo festival “É tudo verdade” e ontem houve a primeira sessão do filme, foi no cine livraria cultura, e enfim o cinema estava cheio e o filme foi aplaudido de pé no final da sessão. E hoje o filme passa no reserva cultura às 22 horas, na Paulista, eu acho que sobre o filme é isso.

O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT -- É no prédio da Casper Líbero. Bom Idibal, vamos começar? Idibal Piveta, grande advogado brasileiro.

O SR. IDIBAL PIVETA – Não diria que é um prazer estar aqui, porque não é. Porque sempre trazer memórias de tristeza, de lutas, de dor não é uma coisa agradável, mas vamos tirar alguma coisa do reencontro nosso com Tapajós, fomos colegas na escola de arte dramática, aliás, fomos expulsos na mesma época da escola de arte dramática, eu tenho acompanhado a carreira dele como cineasta, é um dos nossos grandes cineastas, especialmente uma pessoa maravilhosa e citar também a presença entre vários companheiros, da Dulce Moni, nossa companheira de prisão, de teatro, de viagens pelo exterior, e que costumo chamá-la carinhosamente de Rosa Luxemburgo brasileira, acho que ela merece até mais que isso. A gente veio falar sobre o Issami Nakamura Okano, que como o nome diz é descendente de orientais, nascido em Cravinhos, aqui em São Paulo e estudante de química na Usp, também trabalhava na Usp, no departamento de química, e se engajou a partir de 68, por aí, na busca de uma sociedade melhor, mais justa e mais livre. E dentro das possibilidades de luta que existiam na época, ele optou pela luta armada, pela via da luta armada, coisa plenamente justificável em um país que os sindicatos estavam fechados, o Congresso de joelhos, não se podia fazer reuniões, a censura imperava no teatro, no cinema, na literatura, então ele optou, certo ou erradamente, no meu entender certamente pela luta armada, coisa que nas nossas reuniões eu sugiro que seja bastante discutido o porquê essa juventude optou pela luta armada, quais os motivos que a levaram a luta armada? Senão parece que é um bando de caras que tiveram uma revolta no momento e

partir para a luta armada, sem nenhuma motivo, quando isso foi muito discutido, se buscando se haveria outras saídas e uma das saídas importantes foi a luta armada e foi por ai que o Issami optou o seu trabalho em prol da democraticização deste país. Ele foi preso em 1969, cumpriu de dois anos de prisão, principalmente no presídio Tiradentes, foi preso também em 14 de maio de 1974, pelo pessoal do DOI-CODI e foi levado para o Rio de Janeiro, especialmente para Casa de Petrópolis, onde consta que foi submetido a terríveis torturas, foi morto e o seu corpo está desaparecido até hoje. Eu tenho uma lembrança muito grande do Issami, pelo seu porte físico, franzino, mas uma firmeza de ideias, contagiante e muito importante, como a gente trabalhava e trabalha com teatro, escrevia para teatro e geralmente nossos espetáculos eram épicos e líricos, ele tinha uma vocação e um dom para escrever poesias, ele nos deixou em um dos nossos encontros na Brigadeiro Luis Antônio, no nosso escritório, algumas poesias que ele queria que a gente analisasse, estas poesias infelizmente foram perdidas quando da minha prisão, o carrascos do DOI-CODI e do DOPS entraram no nosso escritório, entraram na minha casa e levaram praticamente todo o material literário da nossa autoria ou de outras pessoas, infelizmente eles levaram também essas poesias que tinha todo um teor oriental, de pacificação, mas de muita firmeza, muita densidade, e muita abnegação. Depois, quando ele foi preso, o dado que me vem a memória, é que nós comunicamos, veja como este mundo é pequeno, ao representante da Anistia Internacional, em São Paulo, que tem o nome de Gerald Thomas, e hoje é um diretor de teatro, denominada internacional e aqui representava a Anistia, é um dos canais que os advogados tinham para fazer as denúncias, além da Comissão da Justiça e Paz, se encaminhava via Londres, por códigos, etc., informe sobre quem tinha sido preso, quem estava detido, quem tinha sido assassinado, quem estava torturado e nosso noticiário lá fora evitou muitas torturas e sem dúvida evitou muitas mortes, eu lembro perfeitamente que um dos dossiês que eu passei para o Gerald Thomas, era sobre o Issami, teria muito a falar, porque a biografia dele é muito curta, ele foi morto com 29 anos, como toda uma geração foi sacrificada, tortura, ele foi um desses representantes, em uma situação hoje em que nós nos encontramos, como disse o companheiro Tapajós, à beira de se fazer uma coisa mais eficaz com relação aos crimes cometidos pela ditadura militar, sem vingança, sem vedete, garantindo todos os direitos de defesa, mas nós temos que trazer esses torturados às barras dos tribunais, julgá-los, eles com seus advogados, com suas provas, nós vamos julgá-los, se

for o caso, vamos absolvê-los e se não for o caso, vamos condená-los, isso é muito importante, a Comissão Nacional de Anistia é um avanço, tem dois anos apenas de duração, ela não prevê punições, obrigatoriedade nas penas, mas é um grande avanço ao buscar a verdade e colocar essa verdade ao alcance de todos, se nós pegarmos livros, alguns livros de história novos nas livrarias ou já escritos há algum tempo, nós vamos encontrar muita pouca coisa relativa ao golpe militar de 64 e porque esse golpe veio a existir. É muito importante que a gente recoloca a verdade no nosso passado para que a gente possa melhorar o nosso presente e mais ainda o nosso futuro. Acho que o Issami lutou e morreu por uma causa justa e não é apenas um nome de rua que perpetuará a memória desse combatente da liberdade, nós difundirmos como ele foi assassinado, por que ele foi assassinado, e o que nós buscamos com esse aperfeiçoamento, eu diria da Lei de Anistia. Quando eu digo nós, eu digo nós o Adriano, vocês, buscamos... a anistia era uma outra época, hoje é fácil falar “po” como é que a anistia beneficia o Carlos Alberto Brilhante Ustra? Naquela época nós queríamos uma coisa, anistia ampla, geral e irrestrita, e foi um passo que a gente pode dar, não adiantava dar três, quatro, cinco passos e o Congresso vetaria, não sei se adianta hoje, mas vamos tentar, porque esse Congresso com sua bancada evangélica, a sua bancada, como disse um ex-presidente de centenas de picaretas, vai aprovar uma nova lei de anistia mais ampla, mais geral e irrestrita. Mas em nome do Isami, em nome de todos os lutadores da liberdade, nós devemos continuar o seu trabalho, obrigado.

O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT - Idibal deixa eu perguntar uma coisa. Ele cumpriu pena no Tiradentes, saiu, e eles pegaram ele depois, já em 1974? Então,

O SR. IDIBAL PIVETA – Ele estava no trajeto para casa dele, foi detido e foi levado ao Rio de Janeiro, devido possivelmente a informações que a repressão teria sobre as suas atividades. Normalmente ele teria ficado como outros aqui em São Paulo, mas houve muitos casos de ser levados para o Rio, para Belo Horizonte também, no Rio ele ficava mais desamparado ainda.

O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT - Idibal, mas se ele sai da prisão... por que? ele ficou freqüentando o seu escritório, mas ele assumiu vida legal, como foi essa transição até a prisão de novo?

O SR. IDIBAL PIVETA – Preso em 1969, cumpriu 2 anos. Depois ele foi preso em 1974, 14 de maio de 1974, pelo DOI-CODI, em São Paulo, sendo levado posteriormente para o Rio de Janeiro. E dado como desaparecido, em uma informação de um canalha que se chama Ministro Armando Falcão que era professor da faculdade de Direito de São Paulo, um sujeito que não merece nem ter o nome dele citado, quer dizer, era mais militar que os próprios militares, na acepção má do termo, e esse Ministro é que deu informações devido a um pedido que se fez nas arcadas na faculdade de direito pela primeira vez se denunciou uma relação de vinte cinco pessoas torturadas e isso foi encaminhada ao Ministro da Justiça, ao presidente da República e distribuído por meio de papeis mimeografados, pequenos bilhetes, época que não existia computador, era o que a gente podia fazer, essa denúncia, dando nome, Adriano Diogo foi preso no dia tal, foi torturado, encontra-se quando se sabia no DOI-CODI, na rua Tutóia, tudo isso era perpassado pela gente e surtia efeitos, quer dizer, os advogados que participaram e eram muitos poucos, eles tinham consciência absoluta que eles poderiam avançar dentro da lei até aqui, mas poderiam avançar muito mais fora da lei, comunicando as prisões, indo a porta do DOI-CODI e dando uma Miguel, eu quero falar com fulano de tal que está aqui, queria falar com o oficial do dia, fulano de tal é João da Silva, eles ficavam sabendo que fora do DOI-CODI, fora do DOPS já se tinha nomes daqueles que tinham sido preso recentemente e também a gente inventada um pedido de providências que era feito na Auditoria de São Paulo, que funcionava como um “habeas corpus”, o “habeas corpus” estava proibido, você levava para o Dr. Nelson, que é um dos juízes mais célebres da 2ª Auditoria Militar de São Paulo, uma petição em que dizia que fulano de tal estava preso, que estava sofrendo sevícias e a gente pedia providências, imediatamente esse “juiz”, comunicava o 2º Exército e o 2º Exército também ficava sabendo que essas pessoas estavam detidas, então nós não fizemos o papel de coonestar uma lei, a lei de segurança nacional, nós confrontamos com essa lei esse tempo todo e confrontamos por que? porque a gente representava a voz dos Issami, das Lolas que participaram da luta.

O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT - Está bom. Tapajós vamos falar um pouco da Lola.

O SR. RENATO TAPAJÓS – Bom, vocês me desculpem se eu me emocionar um pouco, porque esses assuntos me tocam muito de perto. Eu queria também fazer outra observação logo no começo que é a de que as informações sobre a prisão e morte da Lola, eu as tenho de segunda mão, porque eu estava preso no presídio Tiradentes, do final de 1969, quer dizer eu fui preso 31 de agosto de 1969, passei pela Oban, passei pelo DOPS e fui ao presídio Tiradentes, então em 1972 eu ainda estava no presídio Tiradentes. E todo esse processo final da vida da Lola eu tive contato por meio dos contatos que eram feitos pela Laís, irmã da Lola, eu era casado com a Laís nessa época e pelo meu pai que também servia de uma forma de contato com algumas pessoas importantes para nós. Eu conheci a Lola muito antes da militância política, porque era ela a minha cunhada e eu já estava começando a minha militância política, mas ela não, nós tivemos um contato razoavelmente grande nesse período e em um certo sentido tanto eu quanto a Laís tivemos responsabilidade na formação política da Lola, embora quando ela passou a militar ela escolheu uma outra organização, porque e a Laís nos filiamos ao PCdoB, depois participamos da luta interna do PCdoB, fomos militamos da ala vermelha e fomos presos enquanto tal, e a Lola foi para a ALN, passou pelo Partido Comunista, pela dissidência e foi para a ALN. Eu fui preso em 31 de agosto de 1969. Eu passei pela Oban, passei por aquele ritual todo de torturas que os presos políticos passavam naquela época e em um momento muito particular e que foi ao mesmo tempo um momento de azar e de sorte, foi de azar, porque os torturadores, os policiais, membros do DOI-CODI e é preciso a gente entender que os membros do DOI-CODI eram militares do exército, eram membros do Departamento de Investigações Criminais, que tratavam de crimes comuns, é sempre bom lembrar que o Fleury antes de ir para o DOPS, ele era o delegado do DEIC, quer dizer, a escola dele foi o combate ao crime comum, por meio da tortura, aliás, um amigo nosso que é o Alípio, comprova uma tese de que o Sérgio Fleury foi um dos artífices do crime organizado, na medida em que o esquadrão da morte serviu para acabar com a concorrência dos pés de chinelo e permitir a instalação de uma organização criminosa mais profissional e

mais eficiente. A relação do crime organizado com o aparato repressivo da ditadura é muito próxima. Então, nós tivemos a sorte desse pessoal ainda não ter na época em que eu fui preso o conhecimento claro do que era a esquerda armada, então em um certo sentido era fácil enganá-los, porque eles não tinham ideia da estrutura das organizações, não tinham ideia de quem mandava em quem, eu fui muito interrogado sobre o Marighela, quando eu era da ala vermelha que realmente não tinha nenhuma relação estrutural com Marighela, e nós tivemos um azar muito grande, porque exatamente por isso e porque aquilo ali, a Oban era o laboratório de experiências de tortura da repressão. Quando o DOI-CODI foi criado, foi formado, eles já tinham codificado toda uma série de mecanismos de tortura, nós fomos as cobaias, as experiências para essas formas de torturas, enfim... dizendo só rapidamente, a primeira vez, no dia da minha prisão que eu fui pendurado no pau de arara, eu fiquei seis horas pendurado, o que depois eles não faziam mais, porque é lesivo para as pernas, então naquele momento eles ainda não tinham ordens superiores para matar os presos políticos, eles preferiam não deixar muitas marcas, só que seis horas de pau de arara estraga os tendões das pernas de cada um, é uma herança que eu tenho até hoje, e uma lembrança muito forte dessa época que eu retirado do pau de arara, depois de seis horas pela chegada preso do Alípio que está ali e que em um certo sentido eu tive a sorte do Alípio ser preso seis horas depois de eu ter sido preso, porque senão eu teria ficado muito mais tempo no pau de arara. E nós sofremos nesse período espancamentos absolutamente irracionais que não tinham nada a ver com interrogatório, era um processo um pouco descontrolado, emocional da tortura, a gente sabe que alguns anos depois, em 1972, quando a Lola foi morta que a postura do aparelho repressivo era outra, em primeiro lugar, o aparelho repressivo já tinha um conhecimento bastante grande a respeito das estruturas e dos mecanismos da esquerda armada, era muito mais difícil enganá-los nesse período e eles já tinham carta branca do governo federal para matar os militantes. Se fala muito que o período Médici foi o pior período da repressão, foi, em termos quantitativos, em termos de violência desbragada foi, mas no período do Geisel, quando já se falava que o Geisel iria levar o país para a abertura, qual era um dos elementos básicos da abertura? Era liquidar fisicamente com quem ainda estava organizado na esquerda, fosse armada ou não, então o período de Geisel será responsável por assassinatos muito, digamos assim, muito menos

justificáveis pelo confronto, muito mais frios, muito mais orientados por uma política nacional. Bom...

O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT - Fala um pouco da origem delas.

O SR. RENATO TAPAJÓS – Elas eram paulistanas, nasceram em São Paulo, os pais vinham do interior, mas elas já nasceram em São Paulo e estudaram em colégios públicos e Laís foi fazer jornalismo e posteriormente a Lola entrou na psicologia da USP. Elas moravam com os pais em uma casa de classe média, em Pinheiros, uma família como muitas outras que havia ali. Eu conheci a Laís, porque eu tinha ligação com um grupo de jovens intelectuais, poetas, pessoal de teatro, alguns de cinema, com quem ela também se relacionava, e foi dessa maneira que nós nos conhecemos, em um período ainda bem pré-militância, anterior a militância. Bom, então a Lola era uma pessoa inteligente, alegre, em 1965, quando eu fiz um filme chamado “universidade em crise”, eu filmei uma pequena sequência em que a Lola saía de casa e ia para faculdade na rua Maria Antônia e essa sequência acabou se tornando no único registro de imagem em movimento que se tem da Lola, e curiosamente esse filme “universidade em crise” também tem as únicas imagens em movimento registradas da Iara Alvelberg, inclusive o Flávio Frederico que fez o filme “Em busca de Iara” buscou essas imagens comigo para o filme que ele fez. Bom, a Lola namorava o José Arantes, por causa disso e por causa da militância na Maria Antônia eu conheci muito proximamente o José Arantes, eu o considerava uma das lideranças estudantis mais interessantes que existiam, era o pessoal da dissidência, uma cabeça pensante, uma cabeça que tinha uma visão política muito boa, e eu lembro particularmente do dia que foi a última vez que eu vi o Arantes, em que nós ainda estávamos na legalidade, eu, a Laís, a Lola, fomos ao aeroporto para nos despedirmos do Arantes que estava embarcando para Cuba. Ele embarcou para Cuba, sem estudar política, treinar guerrilha mesmo, ele não estava fugindo do país por causa de... não estava se exilando do país por causa de perseguições, foi uma escolha dele de realmente ir para lá para fazer isso aí... posteriormente, quando ele voltou ao Brasil, já militando na Molipo, ele foi assassinado pela repressão. Bom, em 1969 eu fui preso e a partir daí a gente começou a ter contato com

a Lola por meio da Laís e do meu pai que de vez em quando encontrava a Lola clandestinamente...

O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT - Elas estudavam na escola em Pinheiros, aquela escola estadual, que tinha bastante movimento estudantil? Fernão Dias.

O SR. RENATO TAPAJÓS – E no período em que eu estava preso e tinha esse contanto com a Lola, nós fizemos, a ala vermelha, uma autocrítica da sua atuação no período da luta armada e nós chegamos a conclusão entre 1971 a 1972, que por uma série de situações particulares da realidade brasileira, a luta armada tinha sido militarmente derrotada pela repressão, era uma consciência clara que nós tínhamos de que a luta armada tinha sido militarmente derrotada pela repressão. Então, nós mandamos diversas mensagens, diversas recomendações a Lola que ela se exilasse, que ela saísse do país, que não há nada de errado, não há nada de desonroso em dar um passo atrás e se preservar para uma luta futura, eu creio que quando eu escrevi o “em câmera lenta” foi basicamente sobre isso que eu escrevi. Mas eu acho que a essa altura da história, quer dizer, a Lola já tinha estabelecido um compromisso que ia muito além do compromisso político, era um compromisso efetivamente moral com os companheiros que haviam sido mortos, que haviam sido torturados, que estavam desaparecidos e ela não resolveu, ela resolveu permanecer na clandestinidade, na luta e ir até o fim. Quanto à questão da prisão e da morte da Lola, eu conheci uma versão que na verdade não bate muito bem, quer dizer, nos detalhes gerais é a mesma coisa, mas nas particularidades não bate com essas versões que são conhecidas, em primeiro lugar, não houve nada de casual na abordagem do carro em que ela estava, o que havia era uma batida policial de fechar todas as ruas da região e não permitir que os carros que estivessem naquele espaço escapassem e o guarda que se aproximou do carro dela, aproximou-se não para pedir documentos, mas já no sentido de mandar o ocupantes do carro descerem para uma revista, e no carro havia armas, e a Lola atirou nesse policial em uma tentativa de conseguir de fazer ela e o companheiro que dirigia o carro fugirem a pé. Eles saíram correndo, foram perseguidos pelos policiais, o companheiro que dirigia o carro conseguiu escapar, correndo, e ela foi atingida por um tiro na perna, foi capturada porque levou um tiro na perna. E quando foi levada com um tiro na

perna que pelos relatos que eu tivesse destroçaram o joelho dela. Ela caiu no chão, ainda tentou reagir, quando o pessoal prendeu, mas foi levada assim mesmo para Invernada de Olaria e lá ela foi torturada por agente da polícia política, por agentes da repressão, essa versão de que ela foi torturada por policiais comuns, de repressão ao tráfico, é um segundo nível de desinformação que os remanescentes da repressão colocam, quer dizer, o primeiro nível de desinformação foi feito naquela época, na tentativa de descaracterizar o processo de tortura. Mas, dizer que ela foi torturada por policiais comuns é mais uma vez tentar tirar a responsabilidade da polícia política, tirar a responsabilidade dos membros do DOI-CODI e pelo que a gente foi informada na época, eu não tenho condições de dizer se essas informações são verídicas ou não, a informação de que havia no processo de tortura da Lola, membros do serviço secreto da Aeronáutica, e que como todos sabemos o serviço secreto da Aeronáutica era um dos mais brutais, há muito tempo no processo de tortura. Eram ligados ao Parassá, mas eram do serviço secreto, eram ligados aos serviços secretos. Ela foi pendurada no pau de arara com o joelho destroçado, então quem foi pendurado no pau de arara sem ter nenhuma lesão nas pernas, sabe o que significa ser pendurado com o joelho destroçado, porque todo o peso do corpo quando você está pendurado no pau de arara, faz-se sobre o joelho, sobre a parte interna do joelho e você com ferimento grande nessa região, entra em um sofrimento já praticamente indescritível, e evidentemente ela levou choques, pancadas, etc., e finalmente colocaram a coroa de cristo que... tem várias versões, de uma tira de metal com parafusos, que é colocada no entorno, pegando a testa e parte detrás de crânio e que esses parafusos são apertados e essa tira vai apertando a cabeça até romper os ossos provocar com que os olhos saltem para fora do rosto e danificar profundamente o cérebro, determina a morte, sem dúvida é uma tortura para matar, mas é uma morte com um nível de dor, eu acho que inimaginável. Bom, depois dessas informações que eu tive ainda quando estava preso, a única outra informação que eu cheguei a ter foi inclusive o Ivan Seixas que me passou na época ele estava Comissão, não lembro que Comissão que você estava lá, e eles descobriram três fotografias do corpo da Lola no momento em que ele foi tirado do pau de arara e jogado no chão, eles se deram ao trabalho de fotografar e essas fotografias sobreviveram, o Ivan talvez tenha melhores informações de onde é que foram parar essas fotografias, são fotografias simplesmente terríveis. Bom, eu acho que é isso que eu tinha para falar.

O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT - Eu queria pedir para vir para a mesa o meu irmão, Deputado que acabou de criar a Comissão da Verdade, em Rio Preto, Deputado João Paulo Rillo e o Alípio Viana Freie, Alípio fica ao lado do Idibal e Rillo fica ao lado do Tapajós, por favor.

Idibal que dia que você foi preso?

O SR. IDIBAL PIVETA - 5 de maio de 1973.

O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT - 5 de maio de 1973. Foi de madrugada?

O SR. IDIBAL PIVETA - Foi mais ou menos onze e meia em um restaurante na Rua Pinheiros, chamado Cordeirinho, nós tínhamos saído de um espetáculo teatral na Vila Santa Catarina, que a gente trabalha sempre nos bairros populares e o pessoal do DOI-CODI que nunca foi da vida de teatro estava buscando prender Gabriel Mendes, que era um militante ativo, ativista, guerrilheiro e a companheira do Gabriel era uma das atrizes do grupo união e olho vivo, e hoje é funcionário desta Casa, ela chama-se Tânia Mendes, que trabalha aqui. E eles estavam seguindo a Tânia, vendo a possibilidade de um encontro dela com o companheiro, eles prenderiam ela e o companheiro que era o mais visado, o Gabriel, e após os espetáculos, alguns elementos foram para esse restaurante que o dono era conhecido nosso, bem acessível, foram jantar eu mais o Roberto Cunha Azi e a própria Tânia e o pessoal da repressão entrou e jantou do nosso lado, nós não sabíamos que eles eram os caras da repressão. Após o jantar, nós saímos para ir até a casa da Tânia, eu, Roberto Cunha Azi, que era estudante de direito, depois foi Conselheiro da OAB, aqui em São Paulo, fomos levá-la até a casa dela, ver se estava tudo normal e ela poderia ficar, essas providências a gente tomava sempre nesse sentido. Quando chegamos ao apartamento que eles moravam em Pinheiro, a casa já estava cercada, eles entraram descendo dando porrada, chutando e tal, nos colocando em carros, aqueles célebres peruas veraneios e nos levaram de Pinheiros para o DOI-CODI, em um trajeto pela Avenida Brasil, a gente foi deitado, eles com os pés na cabeça, eles não sabiam quem eram as três pessoas que estavam sendo

detidas, imaginaram que fosse a própria a Tânia, e não o Gabriel, pelo aspecto físico e tal, quando chegaram ao DOI-CODI, eles fizeram a qualificação, eu dei o meu nome, endereço e os caras fizeram uma manifestação de alegria, eu lembro bem, falaram “esse filha da puta que solta os terroristas aqui, está aqui, deram pique, pique, etc.” ficamos detidos no DOI-CODI incomunicável por 40 dias, estava presente o Adriano estava naquela época da nossa prisão, nós saímos juntos do DOI-CODI algemados no chão de uma veraneio e eu lembro bem, conversando com ele que a gente viu a lua, quando estava passando, depois de quarenta dias, aquilo já era um respiro, fomos levados para o DOPS, já tínhamos feito o próprio punho, que é o que eles pediram sobre a nossa vida pregressa na revolução nossa, que eles não chamavam assim e a possibilidade de depois de depor no DOPS, sendo tomado por escrito nosso depoimento que já vinha do próprio ponto do DOI-CODI, a gente fosse liberado, coisa que não aconteceu, de lá nós fomos enviados para o presídio do Hipódromo, eu fiquei mais noventa dias e o Adriano ficou dois anos. A gente ficou no presídio do Hipódromo, é uma coisa até folclórico, quando eu desço no presido do Hipódromo, da perua veraneio, deparo-me com cara que jogava futebol comigo, coordenado as ações na ponta, ele olhou e falou “o que você está fazendo aqui?” eu falei “eu que pergunto o que você está fazendo aqui”, ele disse “eu sou diretor disso aqui”, o cara era diretor do presídio que era um presídio comum, estava nem acostumado a receber preso políticos, e é um cara que jogava futebol comigo na Vila Mariana, esqueci o nome dele, ele me fala “pó, eu não deixarei você subir lá, aqui embaixo é muito melhor, então você não vai subir”, eu tinha certa intimidade, muito pouca com ele, eu falei “não pó, eu prefiro então, você está querendo me fazer um favor, eu prefiro conversar com o pessoal lá em cima, se eu devo aceitar esse favor ou não, de ficar aqui embaixo, em vez de ficar com os companheiros lá em cima”, ele falou “tudo bem, então vai conversar com os caras”, eu subi, o pessoal se reuniu e discutiu das vantagens e desvantagens, porque lá embaixo eu ficava em uma sala onde estavam os remédios, onde o pessoal recebia injeções e tal, eu fiquei a mando desse cara embaixo enquanto o pessoal decidia em cima, e a decisão dos companheiros foi para eu ficar lá embaixo que eu seria muito útil, no sentido de que se levasse uma pessoa de volta para o DOI-CODI do presídio, a gente teria possibilidade, nós tínhamos acesso ao telefone, teria a possibilidade de se comunicar, de tomar alguma providência para algum cara que estivesse retornando ou alguma informação importante

que pudesse ser dada, então a gente ficou lá e depois fomos liberados e processados posteriormente, nós fomos processados porque no meu escritório que era na Brigadeiro Luis Antônio, era um escritório bastante modesto e pequeno, mas tinha uma sala de espera, quando a gente atendia um cliente, onde se reuniam pessoas da ALN, da VPR, do Molipo, esperando ter notícia da companheira, do companheiro que estava preso, pais, mães, filhos, não cabiam trinta pessoas, não cabia mais que isso, no máximo quarenta pessoas, eles conversavam entre si, então a dedução dos caras ou a injunção que eles colocavam assim para justificar é que foi me colocar, eu até ri na hora, porque estava tentando fazer a união das esquerdas, coisa que eu não teria força para fazer isso e nem era a nossa proposta ali de fazer a união das esquerdas, o pessoal todo conversava, e esse processo seguiu durante dois anos ele tramitou, a gente foi absolvido em primeira instância e em segunda instância e voltamos para as duas coisas que a gente sabia fazer, advogar para perseguidos políticos e fazer peças militantes de teatro popular, não sei se era isso que você queria, me estendi bastante, mas hoje eu sei que será visitada a casinha onde funcionou a auditoria de guerra, onde eram julgados os perseguidos políticos, na Brigadeiro Luis Antônio, em frente a Maestro Cardim, uma casa que está caindo aos pedaços, parece que será transformada em um museu do advogado militante durante a repressão, eu acho bom, acho interessante, tem coisas mais importantes, mas acho válido para preservar a nossa memória.

O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT - Vamos lá Idibal. Alípio, o lançamento do seu filme, vamos entrar... deixar os três falar aqui precisa de três dias, para fazer o resumo. Com a palavra Alípio Viana Freire.

O SR. ALÍPIO VIANA FREITE – Bom dia a todos os presentes e a todas as presentes. Cumprimento a mesa, toda composta de velhos amigos meus, não velhos na idade, de muito que somos amigos. E na pessoa do Deputado e Presidente da Comissão, Adriano Diogo, nosso companheiro de muita luta. Bom, ele pediu para falar do filme, é uma brincadeira dele, é um filme de duas horas e meia sobre o pré golpe e o golpe, ele vai da eleição do Jânio Quadros, com Vice Jango, em 1961, e até a posse do Marechal Castelo Branco, o primeiro militar presidente durante a ditadura. Ele está disponível, pode ser acessado no núcleo memória.org.br. e outras informações estarão lá, porque na verdade

esse vídeo foi feito com a emenda parlamentar do Deputado Adriano Diogo e embora eu dirija o vídeo, tenho esse papel, é um vídeo do núcleo memória, essa entidade que nós criamos para zelar pela memória política do país. Foi inaugurada também no memorial da resistência, uma exposição com trabalhos feitos por presos políticos entre os anos 1969 e 1979, e são trabalhos de artes plásticas e daquilo que para hierarquizar os trabalhadores chamam de artesanato.

Bom, cumprido o que me foi pedido pelo Presidente da mesa e meu amigo aqui, vamos à questão da Aurora. Eu concordo com o depoimento do Renato Tapajós, nós militamos juntos, fomos presos juntos e foi por meio dele e da Laís, que eu conheci a Aurora e que nos tornamos amigos, íamos a festa juntos, íamos a debate juntos. Em 1969, eu não estudava mais, já tinha me formado, mas sempre tinha contato com eles por causa da política geral e em 1967, porque eu entrei para a ala vermelha, discutimos política em geral, íamos para debate e tal. Concordo com o que ele fala sobre o Arantes e foi muito engraçado, porque logo que nós fomos presos, em 1969, quando chegamos ao presídio Tiradentes, eu comentei com o Renato e outro companheiro, esse companheiro era tirado a guia genial dos povos, esses não pensam, que tinham duas pessoas que me preocupavam muito e que eu gostaria que eles fossem presos logo, porque senão eles seriam assassinados se demorasse a ser presos, os dois foram assassinados, um era o Antônio Benatazo, que foi assassinado poucos dias antes da Lola, e o outro o José Arantes, eram dois dos caras mais brilhantes da nossa geração como políticos e também como conhecimento geral, traziam uma bagagem cultural muito grande, uma certa erudição sem nenhuma arrogância, dois grandes camaradas, duas perdas imensas. O aprendiz de guia genial dos povos me disse assim “nunca se deve desejar que um revolucionário seja preso”, eu só respondi assim “devemos esperar que ele seja morto?” porque é uma asneira o que ele me disse.

Com relação à versão que o Renato nos conta aqui, e que eu conheci já, eu acho muito que a Comissão da Verdade ouça uma pessoa que se chama Flávio Augusto Leon Sales, o Flávio era o que estava dirigindo o carro da Lola, onde a Lola estava, é o que escapou. E ele nunca conseguiu nos dar uma versão coerente, deu várias versões muito confusas sobre isso, talvez perante a Comissão da Verdade ele esteja mais calmo, se sentindo mais seguro e possa dar algumas informações, pelo menos até o momento da prisão, não é porque e a família da Isis Diz de Oliveira, a Dona Felícia, me convidou para

fazer um livro sobre a Isis, que acabou não sendo feito até hoje, e tentei também acessar ele, mas não consegui, a Dona Felícia tinha uma visão muito ruim sobre ele, sobre o Flávio. Então, acho que essa é uma pessoa que pode esclarecer o momento da prisão pelo menos. Também complementando um pouco do depoimento do Renato Tapajós, eu em 1992 eu acho, 1991, eu trabalhava no primeiro governo do José Celso Daniel, que não tem nada a ver com os dois seguintes... é, em Santo André na prefeitura de Santo André e já me aproximei, porque nós já nos conhecíamos de vistas e tínhamos comuns de uma companheira Rosalva, uma pessoa maravilhosa. E foi nesse tempo que ela viu alguns textos meus que falavam da Lola. Ela disse “você conheceu a Lola?” conversamos e tal, já tínhamos uma grande amizade e ela me contou um caso muito forte para mim, que complementa o que o Renato disse, que ela Rosalva, em determinado momento, em 1970, 1971, estava sendo recrutada para a Ação Libertadora Nacional, e que ela foi fazer junto com outras pessoas um treinamento em um sítio. A instrutora do treinamento era Aurora, e a dois conversando, acho que a Aurora nesse tempo usava o nome de Patrícia ou algo assim. E as duas conversando, jogando xadrez, Aurora tinha dito para ela, orientado ela, não sei as palavras, ela que sabe, olha, não entra, espera. O projeto está falido, eu não saio, porque estou na... e tenho um compromisso e responsabilidade pela vida de muitos companheiros, mas no rumo que está se não recuar, e o pessoal não quer recuar, será só desastre. Eu acho que poderia se ouvir a Rosalva, ela mora em Belo Horizonte hoje.

O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT - Que a Aurora tinha falado para a Lola, eu não quis te interromper.

O SR. ALÍPIO VIANA FREITE – Aurora falou para Rosalva isso.

O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT - Falou para Rosalva isso?

O SR. ALÍPIO VIANA FREITE – Isso, falou “não entra, segura. Fica fora”. O projeto está furado, cairá todo mundo e eu não sai do Brasil, isso complementa a fala do Renato, do meio do compromisso que é uma coisa de uma força, de uma dignidade imensa, porque eu sou da direção e a vida de muitos companheiros depende de mim, só dá para

recuar todo mundo junto, não posso ir embora e largar tudo aí. Eu acho que quem pode falar isso melhor é a Rosalva, ela mora em Minas, eu tenho os contatos dela, o email dela, depois passo para vocês.

Outra pessoa que seria interessante de se ouvir aqui na Comissão é a nossa companheira muito querida, Sônia Hipólito. Sônia Hipólito foi a única pessoa, além desse Flávio, que sobreviveu do grupo de fogo, onde estava Aurora, então seria muito importante ouvir Sônia Hipólito, ela deve saber coisas, ela não fala, não gosta de falar sobre, uma vez fui entrevistá-la, ela ficou com os olhos cheios d'água, pediu para suspender a entrevista, não conversamos nada. Por fim, ainda complementando o depoimento do Renato, sobre as fotos de Aurora, tem uma foto que está no penúltimo livro da Nair Benedito, eu ia trazer, mas não achei onde estava, porque os meus livros caíram da prateleira, está uma confusão, dela morta no chão. Tem a reprodução disso, no penúltimo livro da Nair Benedito. Eu trouxe como quase um depoimento escrito este livro que eu publique há cinco, seis anos que é dedicado a ela e que tem várias coisas que dizem respeito ao que eu sei da história dela, ainda que em forma de poema, acho que é um depoimento por escrito e vale a pena ter como documento. Bom, o que mais me deixa indignado na história toda, além da brutalidade que foi desencadeada contra Aurora, contra vários companheiros, para os que não viveram à época, e se isso ficará gravado, eu contarei uma pequena história que dá a exata dimensão do que isso significava para as pessoas naquele momento. A dor a gente não descreve, é uma experiência única, você descreve os métodos. No começo de novembro, nós estávamos no presídio Tiradentes, no pavilhão dois, ouvimos na primeira semana de novembro que tinha sido assassinado Antônio Benetazo, que foi um grande amigo meu, embora fossemos de organizações distintas, aprendi muito com ele, muita coisa, sobre história, sobre política, sobre artes plásticas, porque ele era um grande artista plástico, sobre arquitetura, e o Antônio Benetazo, Bene como a gente chamava, ele terminava tendo laços com a nossa família e a minha mãe conhecia, a minha mãe foi uma pessoa extremamente solidária conosco, antes, durante e depois da cadeia. Eu diria até cúmplice, para muitas coisas que a gente precisou. Uma semana depois o rádio dá notícia do assassinato da Aurora, no dia seguinte, eu acho que era uma terça-feira que ele anunciou, no dia seguinte a gente tinha visita, e a minha mãe que era uma pessoa muito firme, muito tranquila, não era dada a filme mexicano, ela sempre foi anticlerical, embora fosse uma

pessoa religiosa, mas ela achava que a relação dela com Deus e os santos, era um problema dela, não precisava de intermediário, e nessa visita, Aurora também era um pessoa próxima de casa, por causa do Renato, da Laís, ela já tinha ido a nossa casa algumas vezes, e a minha mãe tinha fortes laços com a Laís, com Renato, quando desci para visita, ela disse uma coisa “meu filho, eu acho que vocês têm razão”, como assim mãe, a Sra. sempre deu razão em tudo para a gente, fez tudo que a gente pediu, correu mil riscos, não estou entendendo, ela olhou para mim, era uma mulher de sessenta e poucos anos, disse “Deus não existe, só que na idade que eu estou, eu não posso passar a acreditar nisso, senão eu me desestruturo toda, a minha vida não terá tido sentido”, este foi o comentário a respeito do assassinato do Benetazo e em seguida da Lola. Eu acho que uma das coisas que é uma pessoa da geração dela, com aquela idade, é uma senhora, é um verdadeiro looping no ar, eu acho que isso ilustra bem o terror que era para as pessoas do entorno dessa história toda, eu gostaria somente para concluir a minha fala, a não ser que queiram outras explicações, estou sempre disponível, sem problema nenhuma, chamar a atenção nesta Casa, a qual se referem como Augusta Casa, e que fique gravado, a violência que se abateu contra Aurora, brutal, inominável, além do que Aurora, como todas das nossa companheiras, era linda, quando digo isso não estou fazendo favor a nenhuma companheira, é que a esperança e a disposição de luta deixam as pessoas bonitas, não é outra beleza, hoje em dia está todo mundo um pouco murcho, é preciso reacender isso, sobretudo, para os jovens, ela era de uma delicadeza imensa, e uma pessoa reservada, eu nunca tive uma proximidade maior com a Aurora, mas conversamos algumas vezes, sempre em círculos grandes, e ela era de uma discrição, uma pessoa que observava tudo, agora o terror que se abateu sobre essa companheira, essa queria companheira, ele é estrutural do capitalismo, o desenvolvimento do capitalismo do Brasil, necessitou desde o primeiro dia do terror, quando os portugueses aqui chegam, começa a escravização de índios, porque eles precisavam tocar para produzir riquezas e eles se apropriarem. Então nós já começamos com o trabalhador escravizado, em seguida as elites portuguesas e outras, eu estou falando das portuguesas por causa do Brasil, mas a Espanha rola também, a francesa, a inglesa nem falar, que aqueles são absolutamente tarados, ela faz uma sociedade com as elites negras da África, muito rentável e que produziu acúmulo de capital nos dois continentes, e os senhores africanos é quem ia para o interior da África e caçar outros negros e trazer para os portos do Atlântico e aí eles seriam

embarcados para o Brasil e para outros países do novo continente descoberto, inclusive Estados Unidos, Cuba, todas as Antilhas, América Central, enfim e no Cone Sul também. Junto com eles vieram os instrumentos de tortura, que era a contenção do trabalhador, era subordinação do trabalhador escravizado, os instrumentos de tortura vieram aqui para isso, o próprio de pau de arara, que tinha uns idiotas lá da Oban, invenção brasileira, era como os índios carregavam a sua caça, não é verdade. Eu andei pesquisando um pouco o assunto e existem gravuras da Idade Média, século XIII e XIV, onde já se usava o pau de arara, ele era um instrumento onde a pessoa, a bruxa ou o bruxo ou dissidente ou qualquer coisa era amarrado já na posição descrita aqui, amarrado até hoje e eram jogadas para afogamento, depois eles tiravam o afogado e colocavam em dois suportes paralelos da mesma altura, é assim as primeiras notícias que eu encontrei do pau de arara, ou seja, a nossa dependência tecnológica até nisso. Depois eu descobri através do Petevaes, o autor de teatro, na sua peça O Interrogatório, ele descreve o pau de arara, foi usado pelos nazistas alemães, chamava-se, eu não sei a palavra em alemão, mas chamava-se a maquininha de fazer falar. Então, junto com a civilização democrática e cristã chega o pau de arara e é bom a gente fazer logo para os jovens, não os que estão, para os menores a relação do tronco, do pelourinho, de todos os instrumentos usados contra negros, índios escravizados e comportamentos desviantes como adúlteras e outras idiotices do gênero, são instrumentos de tortura, os negros eram torturados, não que eram açoitados, eram torturados, vamos começar a dar o nome aos bois, o nome correto, que aí a gente entende melhor a nossa história. E a elite para o acúmulo do capital, que vai dar na Revolução Industrial inglesa, lançou mão disso o tempo inteiro e conseguiu acumular a partir disso, ou seja, é uma violência estrutural, está lá na origem das coisas e é uma violência de classe, não é outra coisa, foram os instrumentos que as classes dominantes utilizaram nesses quinhentos anos de Brasil já utilizam antes para implantar um modelo capitalista aqui, Cantilismo é o avô, o padrao sabe-se lá o nome do capitalismo. Com a Revolução Industrial inglesa neste país acabamos tendo a Abolição, a Abolição é fruto de duas coisas, das rebeliões dos escravos, da combatividade dos escravos e do interesse do grande capital internacional, confiando no trabalho escravo, que o escravo já não era mais rentável, era um investimento e que eles tinham que sustentar com comida, isso e aquilo, então era preciso chamado trabalhador livre, o trabalhador livre era menos caro para eles, aí vieram, como não tínhamos mão de obra aqui suficientes para manipular

as novas tecnologias vieram os trabalhadores europeus, sobretudo, depois vieram os japoneses, depois vieram vários outros povos. Até os anos mil novecentos e trinta crianças de nove anos faziam jornadas de trabalho de catorze, dezesseis horas por dia, um exemplo claro é a nossa companheira Encarnacion Crispin que trabalhava na tecelagem com nove anos de idade aqui em Sorocaba, com essa jornada de trabalho para ganhar numa miséria. A nossa república, como tudo aqui é de cabeça para baixo, não foi um avanço republicano, foi um golpe dos senhores escravos descontentes com a Abolição para manter através do Estado, do novo Estados os seus privilégios e mantiveram a tortura, depois da República que você cria alguns instrumentos de contenção social e de dominação que não tinha antes, os hospícios, que alguns desviantes você pode dizer que é louco e prende, o hospício era uma prisão, o DOPS, a polícia política para conter os imigrantes e as atividades subversivas da classe trabalhadora, ou seja, é uma violência estrutural construída pelas elites contra a classe trabalhadora, em determinado momento ela joga o foco sobre os aspectos da classe trabalhadora, isso aconteceu conosco no Estado Novo, por exemplo, no período republicano e depois no golpe de sessenta e quatro, porque aí era necessário jogar toda a força naqueles que tentavam representar e organizar a classe trabalhadora, se o nosso projeto econômico para o país, se o nosso projeto é político para o país não fosse de defesa e conquista de direito para os trabalhadores nós não teríamos sido reprimidos. Então eu gostaria de deixar com tudo e hoje mais grave ainda, porque sobrevivemos ao pau de arara, mas o pau de arara também sobreviveu, o foco saiu de cima da gente, voltou para a classe trabalhadora para as camadas mais pobres eu costumo dizer, quero deixar registrado, os bairros populares, os moradores dos bairros populares, e eu não estou falando de favela, os bairros populares de periferia, todos os trabalhadores, eles não gozam sequer do mais singelo artigo da nossa Constituição, que é o direito de ir e vir, quando começa a escurecer as famílias se trancam em casa com medo do crime organizado e que foi organizado pela ditadura, fez parte da monopolização da economia brasileira naquele tempo, os esquadrões da morte existiram para isso e igual medo das polícias, hoje já não se sabe, se é que existe, qual o limite entre a polícia e o crime organizado, as polícias e o crime organizado, isso não é uma piada, é gravíssimo. Então, são fundamentais essas audiências públicas, são fundamentais as nossas comissões da verdade, que são avanço neste país, que a gente perde a dimensão, é a primeira vez que o Estado brasileiro institui uma instância para investigar os crimes da

elite, isso não é pouca coisa, é resultado de anos de luta, é só quando a gente chega lá, foi tanta luta que você nem percebe o tamanho da sua vitória, mais que isso, eu entendo perfeitamente que o papel das comissões da verdade e da Comissão Nacional da Verdade não é julgar as pessoas, mas é preciso apurar até o fundo cada coisa, porque aí qualquer cidadão pode entrar com um processo com base nessas informações. É tolice essa briga de só queremos comissão da verdade se ela julgar e punir, bobagem, não é essa a briga agora, não é essa, até porque para isso precisava ter uma correlação de forças bem diferente da que temos tanto nacionalmente como internacionalmente, não é essa questão que está em jogo, na hora que você revela e tem provas o processo pode correr. Eu acho um extremo avanço, aliás, em que pese qualquer divergência, nesse aspecto o governo da Presidenta Dilma está de parabéns, isso é um grande avanço e acho que todos nós devemos nos esforçar para trazer as nossas contribuições para que elas cheguem à comissão da verdade, ao invés de ficar nos nhe-nhe-nhem nas listas de ex-presos, uma tolice sem tamanho, que é uma perda total de visão de quem é o inimigo e do tamanho do inimigo, todos nós deveríamos estar cavocando arquivos, procurando informações, qualquer informação importante.

Quando eu fui chamado para depor aqui, o que eu posso depor sobre Aurora, éramos amigos, conhecíamos na política, nisso, naquilo, mas não lidamos juntos, eu estava preso quando ela foi embora, aí de repente eu vi que eu poderia contribuir, pensei no que eu poderia contribuir. É isso que eu queria dizer para vocês e dizer que do trabalho da comissão da verdade e dos desdobramentos que façamos depois nós podemos transformar essa memória em instrumento de transformação do presente e devemos fazer isso e de construção de um futuro muito melhor para a classe trabalhadora e para a humanidade, acho puxado pela classe trabalhadora. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT - Tem a palavra o Sr. Darci Passos.

O SR. DARCI PASSOS - O Idibal cometeu um lapso, o Armando Falcão não foi professor da Faculdade de Direito de São Paulo, nós tivemos um professor, igual ou pior que ele foi o Gama e Silva, aliás meu paraninfo. Quanto ao Renato Tapajós é conveniente, não é nada de mérito, esclarecer o seguinte, Fleury chefou o Esquadrão da Morte e foi

desqualificando, depois no DEIC ele foi chefe da delegacia de combate aos puxadores de automóveis. Ora, a delegacia de combate aos puxadores de automóveis elegia ótimos motoristas, e os puxadores de automóveis se roubam e levam para o exterior usavam armamentos pesados, então a delegacia do Fleury tinha ótimos motoristas e a prática de armas pesadas, quando ele foi chamado para repressão a qualificação que ele tinha como delegado de polícia era esplêndida para repressão, acho que foi por isso que ele foi para lá. Ele estava qualificado com os motoristas e com armamento pesado, só isso.

Eu achei que o grande depoimento do Alípio, o Alípio tem um poema no livro dele e eu o cumprimentei por isso um dia, em que ele toma a descrição dessa morte trágica da Aurora Nascimento Furtado e isso ele relata numa poesia de um lirismo, que eu disse uma contradição que só ele superou.

“Eles assassinaram a Aurora, restou amanhecer solitário em ruptura radical. Havemos de amanhecer e o mundo se tingirá e o sangue que escorrer será doce de tão necessário para colorir as suas pálidas faces. Aurora”.

O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT - Deputado Rillo, fala um pouquinho da comissão de Rio Preto, o Ivan depois para fechar você fala do... Tem a palavra o Deputado Rillo.

O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - Obrigado Deputado Adriano, cumprimentar a todos os nosso companheiros que vieram depor hoje aqui, na verdade Adriano nós não construímos a Comissão da Verdade em Rio Preto, nós estamos organizando um grupo de trabalho, tendo como referência, como sustentação ao trabalho da Comissão de São Paulo e que eu já fiquei muito surpreso com os depoimentos, em especial o depoimento do Alípio, que é muito mais do que um depoimento, que é um apontamento para uma perspectiva. Ainda pouco falava com a TV Alesp aqui e eles me interrogaram sobre o desdobramento. O Alípio faz uma retrospectiva, politiza a questão com tanta poesia, com tanta propriedade e com tanta intensidade, que para mim já vale a pena tudo. Primeiro quando ele coloca a questão revelando as informações, oficializando as informações, se não for possível uma ação institucional do Estado, cada indivíduo pode fazer a sua luta na justiça. Agora o mais importante, um dos desdobramentos e essa é a contribuição que eu estou fomentando em

parceria com o movimento estudantil, com o Centro Cultural de Rio Preto e com alguns sindicatos e com a CUT, estamos produzindo, inclusive sexta-feira, provavelmente, parte do grupo de teatro vem para cá, um espetáculo, uma peça em que vamos, uma dramaturgia, uma estrutura mais flexível e que vamos atualizando com depoimentos, com histórias para discutir com os estudantes a importância com os professores, esse é o grande desdobramento, qual é o objetivo, acho que temos que ter esse objetivo, em algum momento, depois de recolhido todo esse material, nós temos que discutir com a presidenta, com o ministro da educação a mudança no conteúdo da história e a perspectiva foi dada pelo Alípio hoje, o Brasil pode ter saído da ditadura, a ditadura não saiu do Brasil completamente, o Brasil se livrou da tortura, a tortura não desapareceu totalmente, ela mudou de cara, ela volta para a sua face de origem, e a repressão segue nos bairros distantes, nos bairros populares, na classe trabalhadora, na opressão à juventude sem perspectiva e não é possível traçar uma mudança de jogo no Brasil sem fazer o acerto de contas sim, nós não esqueceremos e nem perdoaremos absolutamente nada enquanto tiver espaço no Brasil para uma elite ainda rir na nossa cara e se reunir para comemorar a revolução, como acontece todo ano. É da vida democrática eles fazerem isso, como tem que se da vida democrática a nossa luta intensa e cobrança, nós precisamos mudar o conteúdo histórico, pedagógico no Brasil. Um dos desdobramentos mais importantes é esse, o nosso jovem tem que ter acesso à história, o nosso jovem tem que ter o direito de saber porque ele é reprimido e torturado nas batidas policiais, por que ele é reprimido e torturado quando falta-lhe perspectiva, como falta-lhe oportunidade de emprego, a nossa dona de casa tem que saber por que o filho dela padece no Estado que não consegue conviver com as drogas, de um jeito respeitoso, não consegue conviver com as coisas que não seja apenas o fato consumado da criminalização, da estigmatização de uma classe que não aguenta mais a não virada de mesa. É óbvio, eu, você, somos da esquerda, somos do PT, reconhecemos e defendemos o avanço de um governo, mas tanto eu como você somos críticos, há muita paralisia, muita apatia em relação a coisa que precisa mudar no Brasil e uma delas é essa, não podemos titubear, e concordo, o Alípio foi formidável em tudo que falou, principalmente no que diz respeito a esse nhe-nhe-nhem, a essa picuinha de querer discutir, tudo fato consumado, a imprensa é sempre assim, boa parte da mídia é sempre assim, ou é uma coisa ou outra, não tem capacidade de relativizar nada, e não dá trégua, para mim

pouco importa se o Estado vai punir, para mim o que importa é o Estado não pode ter medo algum em revelar todas as verdades e deixar a sociedade livremente agir, agir, agir e mudar as coisas, uma dessas é essa, eu sou inconformado, não fui combatente na ditadura, mas frequentei sala de aula e nunca eu presenciei esse conteúdo que eu estou assistindo agora, não temos detalhe, a história foi trancafiada, ela está trancafiada, represada e a comissão da verdade já faz um trabalho espetacular, que é abrir, dar vasão a histórias tão tristes, mas tão maravilhosas, tão bonitas de resistência, de amor à diversidade, de amor por um sonho e por um povo. Parabéns a todos que depuseram, na verdade não é parabéns não, é um agradecimento por serem tão resistentes, estejam com a gente nessa luta. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT - Antes da gente encerrar, qual o nome da moça que você sugeriu, que mora em Niterói... Nádia... Só para registrar. Ivan vai falar do Issami.

O SR. IVAN SEIXAS - A questão do Issami, ele foi preso, passou um tempo na prisão, saiu e voltou a luta, e o que nós da comissão de familiares e mortos, desaparecidos políticos conseguimos apurar é que ele se reintegrou a vários trabalhos, um deles foi um trabalho que tinha uma ligação com a paróquia do padre George Calegari e a repressão monitorava, porque o George era um militante que também tinha sido da LM, monitora e a partir daquele espaço...

O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT - Onde era Ivan?

O SR. IVAN SEIXAS - Era na Vila Santa Catarina, senão me engano, e a partir daí pela ação de um traidor, que é conhecido como Jota, um médico pediatra, que está em Brasília hoje em dia, que é o João Henrique Carneiro, eles monitoram e passam a seguir várias pessoas, uma delas é o Issami Nakamura Okano, que é capturado e segundo declarações de dois agentes da repressão, um deles é o Claudio Guerra e o outro é o Marival Chaves, por ação desse Marival fala, que por ação do Jota, do João Henrique chegam no Issami, ele é capturado e depois de torturado aqui em São Paulo e levado para a casa da morte lá em Petrópolis. O Claudio Guerra complementa esse relato dizendo que ele

transportou o corpo do japonezinho, que ele reconhece como sendo o Issami Namoro Okano e que ele recebe o corpo já morto do Issami e leva para fazer a incineração aos moldes nazistas lá em Campo de Guaitacazes, uma usina chamada Cambaíba, que era de um governador do Rio de Janeiro e lá deram fim, segundo Claudio Guerra, aos corpos de várias pessoas que foram mortas na casa da morte lá de Petrópolis. É do Espírito Santo, aliás, Eli Ribeiro. E a fazenda que ele tinha, essa fazenda Cambaíba, que por sinal recentemente um dos ativistas, líderes do MST que ocupa essa fazenda foi assassinado recentemente lá. Então essa história do Issami é isso, que ele teria saído da prisão, estava sendo seguido, o Jota que é esse agente infiltrado conduz a repressão para prender o Issami que é capturado e levado para ser assassinado lá no Rio de Janeiro, lá na casa da morte de Petrópolis, é essa a história.

O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT - Obrigado, queria agradecer a todos Idibal, Idibal é uma pessoa que tem uma dupla militância, ele consegue ter dupla militância ao quadrado, Idibal Piveta e César Vieira. Na segunda-feira Idibal e demais companheiros o Paulo Abrão e o pessoal do Ministério da Justiça vai lançar um projeto aqui em São Paulo, na Assembleia, na comissão da verdade, chamado clínicas do testemunho, como você conseguiu recuperar toda a prisão do João Candido, o pessoal que foi para o sanatório da Praia Vermelha, todos os presos da Revolta da Chibata, todos os marinheiros que foram internados no manicômio da Praia Vermelha, eu queria ver se a gente conseguia nessa audiência recuperar essa fase, que evidente não está nesse processo da comissão da verdade, pode estar na nacional, mas o nosso aqui é sessenta e quatro a oitenta e cinco e a deles é quarenta e seis a oitenta e cinco e como é um importante processo da saúde mental no Brasil, que só você que recuperou essa história, Idibal eu queria ver se nessa audiência a gente podia recuperar, que todos os marinheiros da Revolta da Chibata foram internados lá no manicômio da Praia Vermelha. E agradecer, estamos indo lá para a auditoria, no prédio da auditoria que está sendo recuperado pelo povo brasileiro, acho que ele vai ser devolvido e vai ter uma missão menos nobre do que ela teve durante o período da ditadura, Tapajós parabéns pelo filme, pelo depoimento, se puder voltar outras vezes, dar sugestões, nos ajudar e a gente vai tentar fazer com que a TV Assembleia passe os seus filmes, assim como tentar fazer o lançamento do filme do Alípio

aqui, grande Darci Passos nosso apoiador, nosso amigo, Rillo e todas as pessoas aqui presentes, muito obrigado. A sessão está encerrada.

* * *